

**Gênero, território e violência: uma leitura  
interseccional da experiência das mulheres rurais  
moçambicanas em *Ventos do apocalipse*,  
de Paulina Chiziane**

*Gender, territory and violence: an intersectional reading of the  
experience of rural Mozambican women in Ventos  
do apocalipse, by Paulina Chiziane*

Amosse Jorge Gelo  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)  
[amosse.gelo@estudante.ufjf.br](mailto:amosse.gelo@estudante.ufjf.br)  
<https://orcid.org/0000-0003-4868-7609>

**RESUMO**

Esta pesquisa tem como objetivo central analisar a complexa relação entre gênero, território e violência a partir de uma perspectiva interseccional, tomando como objeto de estudo o romance *Ventos do apocalipse*, da escritora moçambicana Paulina Chiziane. A partir da análise crítica da referida obra, exploramos diversas situações de violência verbal, psicológica e física vividas pelas mulheres moçambicanas em territórios devastados pela guerra e dominados pela lógica patriarcal. Fazem parte das principais teóricas para discutir as noções de interseccionalidade e colonialidade do poder, Butler (2021); hooks (2018); Collins e Bilge (2021) e Lugones (2017). O romance de Chiziane se configura como ferramenta fundamental para a crítica feminista, revelando as violências que ocorrem no entrelaçamento de diferentes sistemas de poder.

**Palavras-chave:** Paulina Chiziane; *Ventos do apocalipse*; interseccionalidade; gênero; território.

**ABSTRACT**

This research aims to analyze the complex relationship between gender, territory and violence from an intersectional perspective, focusing on the novel *Ventos do apocalipse* by Mozambican writer Paulina Chiziane. Through a critical analysis of the work, we explore various situations of verbal, psychological and physical violence experienced by Mozambican women in war-torn territories dominated by patriarchal logic. Leading

theorists discussing the notions of intersectionality and the coloniality of power include Butler (2021); hooks (2018); Collins and Bilge (2021) and Lugones (2017). Chiziane's novel serves as a fundamental tool for feminist criticism, revealing the violence that occurs in the intertwining of different systems of power.

**Keywords:** Paulina Chiziane; *Ventos do apocalipse*; intersectionality; gender; territory.

## INTRODUÇÃO

O século XIX foi marcado pela Revolução Industrial, que instituiu o capitalismo ocidental eurocêntrico com o propósito de buscar matérias-primas, mão-de-obra barata, mercados consumidores e áreas de expansão, o que culminou com a Conferência de Berlim (1884-1885), visando partilhar a África entre as potências imperialistas europeias. A dominação colonial é caracterizada como “um sistema que, além de ser um sistema de exploração, é um sistema de destruição da cultura, da civilização, dos povos, e que leva à ruína os colonizadores e os colonizados” (Césaire, 1978, p. 9), tencionando o apagamento das tradições dos povos locais, levando à imposição de culturas, línguas, religiões, sistemas jurídicos e educacionais europeus. Desse modo, os corpos colonizados foram controlados, convertidos e, muitas vezes, eliminados.

A raça, para os europeus ocidentais, se tornou um indicador para determinar hierarquia, estabelecendo um povo como dominante/superior e outro como subordinado/inferior, composto por indígenas, negros, pessoas do terceiro mundo, trabalhadores, idosos e mulheres. Uma coisa é certa, “ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente” (Césaire, 1978, p. 10). Para o sistema capitalista eurocêntrico importava o lucro, deixando de se importar com a necessidade humana.

O pilar metodológico para a nossa discussão é a interseccionalidade, uma ferramenta que nos possibilita analisar e compreender que “raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais” (Collins; Bilge, 2021, p. 3). Com isto assinalamos que a colonialidade não se limita apenas à classificação racial; conforme defende Lugones (2017, p. 2), trata-se de “um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade”.

Para explorarmos essa perspectiva interseccional, tomamos como objeto do estudo o romance *Ventos do apocalipse*, da escritora moçambicana Paulina Chiziane, com vista a compreender a complexa relação entre gênero, território e violência no período pós-independência, que foi marcado por diversos conflitos civis, causando várias barbaridades e deixando o país em ruínas.

Não nasci na época da guerra civil pós-independência, porém as experiências que ouvia da minha mãe sobre esse período puseram-me a refletir bastante, motivando-me a desenvolver essa discussão com base no romance em estudo, que dialoga fortemente com os relatos que acompanhei na ocasião da viagem que realizei em 2018 para o Posto Administrativo de Vunduzi, no Distrito de Gorongosa, na Província de Sofala, uma região que foi marcada por fortes conflitos armados entre a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Esses conflitos geraram muitas perdas de vidas humanas e danos materiais, devastando lares, campos de produção agrícola, morte de animais e, principalmente, sequelas causadas em crianças e mulheres que eram violentadas.

É um grande desafio e, ao mesmo tempo, uma tarefa muito importante, abordar questões de interseccionalidade enquanto pesquisador proveniente de Moçambique, principalmente de uma comunidade fortemente marcada pela lógica patriarcal em que, certas vezes, nos vimos condicionados a reproduzir práticas dominadoras herdadas do sistema colonial, que tendem a colocar as mulheres como seres inferiores e incapazes de desempenhar algumas funções sociais exclusivamente destinadas aos homens.

As desigualdades de gênero e as vulnerabilidades rurais são aspectos que não devem ser ignorados em Moçambique, considerando que as mulheres rurais enfrentam múltiplas formas de violência e discriminação, muitas vezes invisibilizadas. Abordar as questões feministas, trazendo à tona a realidade de mulheres rurais geralmente silenciadas pelas estruturas de poder, permite trazer posicionamentos que possam contribuir para o rompimento dessas estruturas, visando a promoção dos direitos das mulheres. Desse modo, *Ventos do apocalipse* torna-se um espaço que possibilita examinar essa realidade, configurando-se como uma narrativa poderosa sobre resistência e opressão.

## **GÊNERO, INTERSECCIONALIDADE E A MATRIZ COLONIAL**

Ecoa na minha memória a conversa que tive com um amigo quando caminhávamos para coletar mangas na machamba, conforme campos agrícolas são designados em Moçambique. Em tom de brincadeira, ele dizia que se a mãe tivesse estudado e se formado não estaria na pobreza. O fato é que, nos anos 80, ela havia se destacado nas classes iniciais nas escolas católicas, o que garantiu uma bolsa de estudos para cursar medicina em Cuba. No entanto, viu seu sonho ofuscado porque os pais não a permitiram viajar dizendo que a mulher não tinha capacidades para atravessar o oceano e se formar. Por outro lado, essa justificativa era um meio de criar desculpas para garantir o dote, pois, para eles, era vantajoso que ela se casasse mais cedo para que esse benefício fosse usufruído.

Este relato nos coloca a refletir o quão importantes são os estudos de gênero e interseccionalidade para quebrar essas estruturas de poder mantidas pela colonialidade de poder. Essas discussões se tornam escopo dos estudos feministas decoloniais, tal como sustenta bell hooks, uma renomada teórica estadunidense da crítica feminista, em *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*: que estes estudos no campo acadêmico surgiram como “proposta de investigar o feminismo, examinando as construções culturais e sociais dos gêneros e relacionando questões de gênero com raça, orientação sexual, classe e outras questões sociais” (Hooks, 2018, p. 8). Em *Colonialidade e Gênero*, María Lugones, socióloga, professora, feminista e ativista argentina, esclarece o seguinte:

Investigo a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade na tentativa de entender a preocupante indiferença dos homens com relação às violências que, sistematicamente, as mulheres de cor sofrem: mulheres não brancas; mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que criam análises críticas do feminismo hegemônico, precisamente por ele ignorar a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade/gênero (Lugones, 2008, p. 4).

Para além da hierarquia estabelecida tendo em conta a raça, foi introduzida a violação baseada no sexo biológico, em que o homem se considera superior em relação à mulher, sendo considerada incapaz de participar da gestão social, da política, privada da educação e de desempenhar papéis de destaque na sociedade. O fato é que o feminismo branco se limita a analisar apenas o gênero como forma de dominação contra as mulheres, o que faz com que as teóricas feministas considerem outros indicadores, como Lugones

(2017, p. 4) postula que “a partir da problematização dessa indiferença diante das violências que o Estado, o patriarcado branco e eles mesmos perpetuam contra as mulheres de nossas comunidades em todo o mundo, chego a esta investigação teórica”.

Torna-se fundamental, neste estudo, discutirmos a perspectiva de Lugones que considera as formas de violência que os homens negros impõem sobre as mulheres não brancas das suas comunidades. Na concepção da referida autora, “para as mulheres, a colonização foi um processo duplo de inferiorização racial e subordinação de gênero” (Lugones, 2008, p. 19). Na mesma linha de pensamento, Piedade (2017, p. 11) recorda-nos do alerta feito por Angela Davis, professora, filósofa e ativista socialista estadunidense, em *Mulheres, raça e classe* (1981), em que “Raça, Classe e Gênero entrelaçados, juntos, criam diferentes tipos de opressão. Classe informa a Raça; Raça informa a Classe”. Nessa perspectiva, vale sublinhar, de igual modo, que:

[...] em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Collins; Bilge, 2021, p. 17).

Percebe-se, com base nos pensamentos das autoras, que a interseccionalidade não enxerga, de forma isolada, as opressões baseadas em raça, classe, gênero e sexualidade. Não é apenas ser mulher, nem apenas ser negra, nem apenas ser pobre. A violência que uma mulher negra e pobre sofre é única, porque a raça, a classe e o gênero se cruzam e se potencializam.

A construção do gênero é um processo que ganha vários desdobramentos em diferentes culturas, tornando-se, desse modo, bastante complexo. A filósofa feminista norte-americana Judith Butler, em *A força da não violência: um vínculo ético-político*, ao falar sobre os estudos de Simone de Beauvoir, uma escritora, intelectual, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social francesa, traz-nos o seguinte:

Por outro lado, Simone de Beauvoir sugere, em *O segundo sexo*, que “a gente não nasce mulher, torna-se mulher”. Para Beauvoir, o gênero é “construído”, mas há um agente implicado em sua formulação, um cogito que de algum modo assume ou se apropria desse gênero, podendo, em princípio, assumir algum outro. É o gênero tão variável e volitivo quanto parece sugerir a explicação de Beauvoir? Pode, nesse caso, a noção de “construção” reduzir-se a uma forma de escolha? Beauvoir diz claramente que a gente “se torna” mulher, mas

sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do “sexo”. Não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea (Butler, 2021, p. 26-27).

Para Beauvoir, ser mulher não é algo definido pelo sexo biológico, sugere que seja um processo de construção ao longo da vida, ou seja, aprende-se a ser mulher. Butler radicaliza a noção de Beauvoir sobre o “tornar-se mulher” ao argumentar que o gênero não é um processo de construção livre de um sujeito pré-existente, mas uma performance compulsória imposta por normas culturais rígidas. Enquanto Beauvoir enfatiza o condicionamento sociocultural que molda a mulher ao longo da vida, Butler questiona a própria agência dessa escolha, defendendo que a identidade de gênero é independente do sexo biológico e sustentada por uma pressão social constante. Para a teórica, não existe um “eu” que decide sua identidade, mas sim um corpo que é atravessado por regras que definem o que é ser feminino. Assim, o gênero não é algo que se possui ou se escolhe livremente, mas uma prática performativa que ocorre sob vigilância e punição social, eliminando a ideia de um voluntarismo existencialista puro.

Nessa perspectiva, vale ressaltar, conforme a colocação de Butler (2021, p. 11), que “a luta pela não violência é baseada em modos de resistência e movimentos a favor da transformação social que diferenciam a agressão de seus objetivos destrutivos a fim de afirmar os potenciais vivos da política igualitária radical”. A não aceitação dessa verdade é fruto do sistema que vem sendo perpetuado desde o tempo colonial, tal como explica Lugones (2008, p. 19) que “o surgimento de mulher como uma categoria reconhecível, definida anatomicamente e subordinada ao homem em todo tipo de situação, é resultado, em parte, da imposição de um estado colonial patriarcal”. Cabe a nós trazerem discussões que visam romper essas estruturas de poder, principalmente nas comunidades rurais moçambicanas, em que as mulheres ainda são fortemente subjugadas pelos homens, como observados na análise do romance no tópico que segue.

## **O CORPO-TERRITÓRIO EM CRISE: VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA EM *VENTOS DO APOCALIPSE***

O romance é narrado em torno do casal Mínosse e Sianga, que representa a crise familiar vivida em uma comunidade em Moçambique durante os anos difíceis de conflito

civil. O início da narrativa foca na crise do provimento; como sabemos, em épocas de guerra a fome toma conta devido às destruições de campos agrícolas – considerando-se que é a principal fonte de sustento em comunidades rurais moçambicanas –, assim como a morte de animais condiciona essa realidade, pois se vive também da pecuária.

Como constata no romance, “o homem resmungava sempre, descarregando a fúria sobre a pobre companheira, mulher, toda culpa está contigo, habituaste as crianças a comer demasiado, e o milho acabou depressa” (Chiziane, 2010, p. 11). Esta passagem evidencia a primeira manifestação de um homem fraco e covarde, invertendo os papéis de gênero, recusando-se a assumir as responsabilidades de alimentar a sua família. Numa situação em que se tratava de uma crise geral, o marido se utilizava da violência verbal e estrutural para desviar a culpa, colocando a mulher como a única responsável pela escassez de alimentos. Vendo que faltava comida, o marido ordena:

[...] mulher, tu pariste tantos gatos, agora a comida é pouca e não chega para tantas bocas enche mais o meu prato, sou o chefe da família preciso de comer mais para resistir e ter força para procurar alimentos por aí, mas ah, mulher, se não fosse a responsabilidade que tenho para contigo e as crianças, eu sairia deste inferno à procura de outros mundos, toda culpa está contigo, ah, mulher (Chiziane, 2010, p. 11).

Nas comunidades em que os homens estão mergulhados em ideais patriarcais, o orgulho e egoísmo se tornam características peculiares. Primeiro se desviou da culpa atribuindo, exclusivamente, as responsabilidades provedoras à mulher, para depois se privilegiar da hierarquia de gênero, impondo-se como chefe da família para exigir uma porção maior de comida. A dominação do homem sobre a mulher na perspectiva de violência no microsistema, no lar, configura-se como uma projeção da colonialidade do poder em que os homens reproduzem, em concordância com o pensamento de Lugones (2017, p. 4) ao se referir que, na sua análise, pretende abordar sobre “uma indiferença vinda dos homens que foram e continuam sendo vítimas da dominação racial, da colonialidade do poder, homens que são inferiorizados pelo capitalismo global”. Seria uma espécie de descontar as dores que sofre do sistema racial em suas mulheres.

Tal projeção, segundo Chiziane (2013, p. 2) deve-se ao fato do homem surgir “primeiro, ganhando, deste modo, uma posição hierarquicamente superior, que lhe permite ser governador dos destinos da mulher”. A referida autora explica que isso resulta de diversas mitologias que não se passam de ideologias ditadas pelo poder sob a máscara

da criação divina para justificar a opressão feminina, contrastando a sacralização da terra com a marginalização da mulher. Chiziane relata sua resistência pessoal para se tornar escritora em meio ao preconceito social, à guerra em Moçambique e à exaustiva tripla jornada de trabalho.

Para piorar a situação, Minosse enfrenta a fúria do marido e é obrigada a se prostituir para conseguir comida. Certa vez, após a refeição, Sianga perguntou à esposa: “o milho que acabamos de consumir veio do celeiro de outro homem, estou a mentir? Não te condeno, é a lei da sobrevivência. Arranja mais um amante que te pague bem, ainda não és tão velha como pensas” (Chiziane, 2010, p. 18). Este cenário a que ela se encontra submetida representa a realidade de muitas mulheres em comunidades rurais moçambicanas, e remete-nos à tese de Woolf (2014), que associa a histórica precariedade econômica feminina à predominância da prosa sobre a poesia. Segundo a autora, a autonomia financeira e a privacidade de um espaço próprio são pilares essenciais para que a mulher possa transcender as limitações impostas pela pobreza e exercer plenamente sua criatividade. Essa é uma das razões pelas quais ‘Um teto todo seu’ e ‘Quinhentas libras por ano’ são de tal importância. Estamos vendo a mulher sendo levada a circunstâncias brutais por conta da fome e pobreza. No lugar de analisar moralmente um caso como esse, opta por encorajá-la clinicamente a continuar se prostituindo como a única maneira de garantir a sobrevivência à crise do território. Estamos a testemunhar a objetificação do corpo da mulher sob o incentivo do próprio marido.

A dominação dos corpos das mulheres e a sua transformação de objeto sexual, de reprodução e de trabalho forçado é, muitas vezes, resultado do lobolo, uma prática em Moçambique que consiste em entregar dote aos pais da mulher para garantir o casamento tradicional. No entanto, os homens se sentem donos das mulheres, como se tivessem as comprado com dinheiro e bens, por isso constatamos no romance quando o marido profere as seguintes palavras: “[...] Minosse, lobolei-te com dinheiro vermelho e deves-me obediência” (Chiziane, 2010, p. 17). Nesta ocasião, a tradição não deve ser vista como um meio de exigir obediência incondicional, transformando o dote do casamento em um contrato de subjugação, forçando a violência estrutural patriarcal.

Neste contexto, bell hooks chama atenção para a questão da autodefinição das mulheres em contextos de vulnerabilidade e dominação patriarcal. O ponto é se distanciar de cometer atos libidinosos apenas para agradar aos homens, tanto que, “se qualquer

mulher sentir que precisa de qualquer coisa além de si para legitimar e validar sua existência, ela já estará abrindo mão de seu poder de se autodefinir, de seu protagonismo” (Hooks, 2018, p. 68). Esse é um chamado às mulheres que se representam nas comunidades como a Minosse, a buscarem por formas de se libertarem diante dos homens que as violentam só para buscarem validação. O que tenho constatado, em alguns dos casos, é a busca por uma validação social, pois elas sentem que não podem viver sem maridos, como se tivessem falhado consigo mesmas e envergonhando a família.

Algumas mulheres das comunidades rurais, principalmente as que vivem em contexto de poligamia, se submetem a crises de desejos sexuais quando os homens se cansam delas e passam a firmar atenção por outra mulher. Assim, elas recorrem aos curandeiros para fazerem feitiços para que os homens passem a desejá-las novamente. Para dar exemplo, vou recorrer a uma passagem da obra *Mulungu*, de Adelino Timóteo, a que trabalhei na dissertação do Mestrado, quando ele descreve que “era useiro naquele Reino as mulheres adotarem o *nkoteko*, uma variante do *licaho* para o qual elas recorrem aos *niabhezis*, como também são apelidados os curandeiros, dado o receio de virem a perder os maridos” (Timóteo, 2007, p. 16). O feitiço chamado *nkoteko* consiste em colocar algumas ervas tradicionais na comida ou bebida dos maridos, de modo que possam perder interesse por outras mulheres.

A referida autora conclui dizendo que “[...] mulheres não precisam depender de homens para alcançar bem-estar e felicidade, nem mesmo satisfação sexual” (Hooks, 2018, p. 67). Estamos a testemunhar o que bell hooks chama de mulheres que se submetem a qualquer coisa para buscar validação, abrindo mão da sua autoafirmação. A lição que devemos tirar é a busca pela autonomia, oferecendo, para as mulheres como Minosse, a base para que se tornem as gestoras da sua própria sobrevivência em um território marcado por violências. Contudo, essa autonomia não é individualista, mas forjada na coletividade da miséria, que Piedade (2017, p. 6) conceitua como Dororidade, o vínculo ético-político de solidariedade para a mulher negra que compartilha a dor.

O romance descreve a presença de um povo bárbaro que se ocupava a conquistar as terras se apoderando das mulheres, territórios, comida, animais e tudo que lhes apetecia. Fala-se de uma invasão histórica das terras de Mananga por um poderoso exército liderado pelos *ngunis* (generais) e composto por *changanes* (linha de frente) que aconteceu há um pouco mais de cem anos. Os guerreiros, ricamente ornamentados e

armados com zagaiais e escudos, impunham um terror tão grande que sua marcha causava abalos na natureza e forçava todas as populações, incluindo soldados portugueses, a buscarem refúgio imediato.

Acontece que os grupos tinham que achar formas de abandonar as terras e fugir para lugares seguros, pois a “a vingança foi implacável, e até os fetos foram estripados dos ventres das mães” (Chiziane, 2010, p. 12). A aldeia invadida sofreu esse grande massacre durante a guerra civil. O corpo da mulher é tido como um campo de batalha final, onde a vida é extirpada antes de nascer, representando a aniquilação total da esperança e o terror imposto aos habitantes de um território conquistado.

No entanto, o grupo de fugitivos deveria achar um meio de escapar das mãos dos conquistadores. Assim, foi imposto um silêncio absoluto no esconderijo, era proibido tossir ou espirrar, mas o choro e os berros incontroláveis das crianças, movidas pela fome e pela sede, denunciavam a localização do esconderijo aos guerreiros inimigos. Numa passagem em que Minosse fugia com a sua família, o marido ordenou: “mulher, o menino vai chorar e seremos descobertos. Mata este, que depois faremos outro” (Chiziane, 2010, p. 12). Esta é uma das passagens mais brutais do romance. O marido desvaloriza totalmente a vida da criança e a dor da mãe, vendo a prole como algo facilmente substituível, evidenciando a violência extrema sofrida pela mulher no seu papel de mãe.

Por estar sob o domínio do marido “com gestos desesperados, a mulher puxava a ponta da capulana, sufocando a crença que se batia até à paragem respiratória” (Chiziane, 2010, p. 12). Minosse vê-se forçada a cometer o infanticídio, sufocando a criança com o próprio tecido que a envolve. Acontece que, durante a fuga, após matar a criança, a mulher tenta chorar pelo que tinha acontecido, imediatamente impedido pelo marido: “cuidado, mulher, é proibido chorar, mas também não vale a pena, a quem comovem as lágrimas no tempo de guerra?” (Chiziane, 2010, p. 12). O menino morto foi escondido na vegetação, não havia tempo para enterrar os mortos. Constatamos, dessa maneira, as mulheres sendo forçadas a endurecerem-se, negando sua humanidade mais básica em um território onde a sobrevivência é a única lei.

As famílias que fugiam dos seus territórios ocupados se abrigavam em campos de com condições horríveis, legitimando a miséria que a guerra causava. No romance encontramos o seguinte:

Outras cento e tal são tendas de campanha para seis pessoas onde dormem dez ou mais. Ensardinhadas. Desconfortadas. Estes abrigos são desumanizantes. Não dignificam a família. Nem o casal. Nem o amor. Não se entende como, mas a maior parte das mulheres adultas estão grávidas, a semente humana germinou nos corpos em ruínas (Chiziane, 2010, p. 125).

A descrição do campo de refugiados, que se configura como novos territórios de habitação, exprime uma violência estrutural pela falta de privacidade e dignidade entre casais, considerando que eram lugares compartilhados. As condições precárias afetam diretamente a intimidade e a manutenção do lar, papel tradicionalmente ligado ao gênero feminino.

O romance descreve a situação da Emelina, uma mulher que foi violentada sexualmente pelos soldados durante a invasão. Existia um monte, um lugar de refúgio, lugar onde a personagem foi se hospedar. No entanto, para aquela comunidade, tratava-se de uma mulher impura, conforme descreve a narrativa: “ela é desmiolada, é estranha, esquisita, é melhor deixá-la no seu mundo. De resto, só viria manchar o ambiente. Está esfarrapada e malcheirosa, não se lava desde que chegou ao Monte há mais de dez meses, deixai-a em paz, não faz falta aqui” (Chiziane, 2010, p. 168). Observamos que a comunidade usa sua condição de abandono e falta de higiene, resultado direto da violência que sofreu, deixando-a com traumas e num estado de loucura, para marginalizá-la e justificar sua exclusão do território de refúgio.

A necessidade de autodefinição proposta por bell hooks é um ato político crucial para as mulheres rurais em comunidades moçambicanas, cujas vidas são socialmente desvalorizadas. No entanto, Butler alerta que nem todos têm a força para exercer o direito à autodefesa, uma leitura que explica a vulnerabilidade de Emelina, pois, para a teórica “[...] nem toda vida é enlutável, indicar que nem todo eu tem força para exercer a direito à autodefesa [...]” (Butler, 2021, p. 15). Sua marginalização é um reflexo de que o sistema lhe negou a força para se autodefender e, conseqüentemente, autodefinir-se fora do estigma.

Em conformidade com a narrativa, existem fortes tendências de luta e libertação em mulheres moçambicanas, sobretudo em regiões rurais, que se têm destacado pela busca de se firmar na sociedade, optando pela educação e quebra de padrões patriarcais, pois “[...] o desejo de criar o contexto para luta e libertação, permanece mais forte do que a necessidade de se segurar a crenças e pressupostos errados” (hooks, 2018, p. 43). De igual modo, a transformação social requer resistência das figuras femininas, considerando

que “a luta pela não violência é baseada em modos de resistência e movimentos a favor da transformação social que diferenciam a agressão de seus objetivos destrutivos a fim de afirmar os potenciais vivos da política igualitária radical” (Butler, 2021, p. 20).

O feminismo é, conforme observou bell hooks, uma luta e libertação que exige a quebra de pressupostos errados, a lógica do patriarcado. Butler reitera que essa luta deve ser uma resistência que visa a transformação social. Ambas as teses sustentam o argumento de que a obra de Chiziane não apenas retrata a violência, mas também mapeia os potenciais vivos de uma política igualitária radical manifestada na capacidade de sobrevivência das mulheres em face do “apocalipse” territorial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do romance *Ventos do apocalipse* se configurou como um espaço para estabelecermos uma crítica que expõe a herança de violência contra a mulher em situações de vulnerabilidade, nas comunidades rurais moçambicanas, dominadas pela estrutura patriarcal, conforme constatamos as barbaridades vividas pela Minosse e Emelina. Em contextos de guerra e fome, o corpo feminino se torna um território vulnerável e de crise, a ser disputado e desapropriado. Conforme vimos na narrativa, os soldados se apropriaram dos corpos das mulheres para manter relações sexuais forçadamente e, algumas delas, que se encontravam grávidas, sofriam violência física, perdendo seus bebês ainda no ventre. Em outra circunstância, vimos a mulher sendo obrigada a se prostituir pelo próprio marido para conseguir comida. Essas mulheres que são violadas física, verbal e sexualmente carregavam fortes traumas e sofriam rejeição social, conforme aconteceu com a personagem Emelina, que foi acusada, culpada, renegada, estigmatizada e considerada impura.

As discussões sobre a interseccionalidade e colonialidade do poder à luz de teóricas como Collins e Bilge, bell hooks, Judith Butler e Lugones foram indispensáveis para revelar que as formas de opressões presentes no romance não são unidimensionais. A vulnerabilidade das personagens é fruto da convergência de gênero, raça, condição de pobreza e ruralidade herdada da matriz colonial. Daí a necessidade de autoafirmação por parte das mulheres como ato de resistência e sobrevivência diante de uma sociedade dominada pela estrutura patriarcal.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *A força da não violência: um vínculo ético-político*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Noémia de Sousa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHIZIANE, Paulina. *Ventos do apocalipse*. 3. ed. Maputo: Ndjira, 2010.

CHIZIANE, Paulina. Eu, mulher... por uma nova visão do mundo. *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, Niterói, v. 5, n. 10, p. 199-205, 2013.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. *Tábula rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017. p. 51-81.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. 2. reimpr. São Paulo: Editora Nós, 2017.

TIMÓTEO, Adelino. *Mulungu*. Maputo: Editora Texto Editores, 2007.

WOOLF, Virgínia. *Um teto para todos*. Tradução de Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Recebido em: 30/09/2025

Aceito em: 25/04/2026

**Amosse Jorge Gelo:** doutorando em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista CAPES. Desenvolve pesquisas na linha de pesquisa Literatura, Crítica e Cultura. Mestre em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Feira de Santana (PROGEL/UEFS).